

## CADERNO DE ENCARGOS

(artigo 42º do Código dos Contratos Públicos)

### AJUSTE DIRETO

#### Cláusula 1.ª - Identificação do Procedimento

O presente procedimento tem a identificação “**AD56/2024 – Projeto de Alterações \_ Adaptações ao Projeto de Execução da Ciclovia do Mondego entre Figueira da Foz e Coimbra**”, sendo um procedimento por ajuste direto em função de critérios materiais, ao abrigo do disposto na subalínea iii) da alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), pelo facto de a entidade a convidar ser detentora da autoria do Projeto de Execução da Ciclovia do Mondego entre a Figueira da Foz e Coimbra e por a contratação em causa se tratar de uma alteração a esse mesmo projeto, pelo que verifica-se um conhecimento do projeto e das soluções a desenvolver e a alterar que não podem ser confiadas a nenhuma outra entidade.

#### Cláusula 2.ª - Objeto do contrato

O presente Caderno de Encargos tem por objeto disciplinar as relações contratuais entre a entidade adjudicante e o adjudicatário, mediante a fixação dos termos e condições da aquisição de serviços para a elaboração do projeto de alterações/adaptações ao Projeto de Execução da Ciclovia do Mondego entre Figueira da Foz e Coimbra, de acordo com o definido nas especificações técnicas do presente caderno de encargos.

#### Cláusula 3.ª - Preço base

O preço base do presente procedimento é de **36.500,00€** (trinta e seis mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

#### Cláusula 4.ª - Prazo de Execução

Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação, o contrato entra em vigor na data da sua outorga e vigora pelo prazo de **75** (setenta e cinco) **dias**.

#### Cláusula 5.ª - Prazo de Entrega

O adjudicatário obriga-se ao cumprimento dos seguintes prazos de entrega:

- **15 (quinze) dias** para a entrega do Levantamento topográfico;
- **30 (trinta) dias** para a elaboração do Estudo Prévio;
- **30 (trinta) dias** para a elaboração do Projeto de Execução;
- **45 (quarenta e cinco) dias** para o estudo Geológico-Geotécnico, que decorrerá em simultâneo com as fases de Estudo Prévio e Projeto de Execução.

**Cláusula 6.ª - Pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que podem condicionar a execução do contrato**

Existem pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que poderão condicionar a execução do contrato, designadamente pareceres das entidades externas que vierem a ser consultadas no âmbito deste procedimento (Municípios, I.P., APA).

**Cláusula 7.ª - Dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois (2) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Cláusula 8.ª - Preço Contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, se este for legalmente devido, o qual não pode, em qualquer caso, ser superior ao preço definido no convite do procedimento.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas associadas à integral execução de todos os serviços a desenvolver, incluindo os relativos a despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, ou outras.

**Cláusula 9.ª - Condições de pagamento**

1. A quantia devida pela CIM-RC, nos termos da cláusula anterior, será paga nos seguintes termos:
  - **15%** (quinze por cento) **do preço contratual com a realização dos levantamentos topográficos complementares;**
  - **20%** (vinte por cento) **do preço contratual com a entrega do relatório referente ao estudo Geológico-Geotécnico;**
  - **30%** (trinta por cento) **do preço contratual com a entrega do estudo prévio;**
  - **35%** (trinta e cinco por cento) **do preço contratual com a entrega do Projeto de Execução.**
2. A obrigação pecuniária vence-se 30 (trinta) dias após a data em que a CIM-RC tiver recebido a fatura ou documento equivalente, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação a que se refere.

3. Nas faturas deverá ser indicado o número do procedimento, o número sequencial de compromisso e o serviço/mês a que se reporta.
4. Em caso de discordância por parte da CIM-RC, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura devidamente corrigida.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup> - Penalidades Contratuais e Resolução**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma **pena pecuniária no valor de 10% (dez por cento) do preço contratual, por cada semana de atraso na conclusão e entrega do estudo prévio e projeto de execução.**
2. Se o valor da sanção elencada no número anterior exceder 20% do preço contratual, pode a Entidade Adjudicante resolver o contrato, nos termos da conjugação dos artigos 329.º, n.º 2, e 333.º, n.º 1, alínea e), do CCP.
3. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do presente contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. Não obstante a aplicação das penalidades, em caso de manifesta necessidade a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra poderá adquirir a outros prestadores os serviços em falta, ficando a diferença de preços, se a houver, a cargo do adjudicatário faltoso.
6. As penas pecuniárias previstas não obstam a que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra possa, nos termos legais, exigir uma indemnização pelos danos excedentes provocados.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup> - Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Verificados os requisitos previstos no número anterior, podem constituir casos de força maior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.

**Cláusula 12.<sup>a</sup> - Resolução do contrato por parte da entidade adjudicante**

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente indemnizações legais e contratuais devidas, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

**Cláusula 13.<sup>a</sup> - Resolução do contrato por parte do adjudicatário**

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos nos artigos 332.º e 449.º do CCP.

**Cláusula 14.<sup>a</sup> - Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual na fase de execução do contrato depende da autorização escrita da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, nos termos do disposto no artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 15.<sup>a</sup> - Alterações ao contrato**

- 1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
- 2. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

**Cláusula 16.<sup>a</sup> - Comunicações e notificações**

- 1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 17.<sup>a</sup> - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, conforme previsto no artigo 471.º do CCP.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup> - Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup> - Legislação aplicável**

Em tudo o que não estiver expresso neste documento será aplicável o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup> - Proteção de Dados**

1. O cocontratante é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD).
2. A entidade adjudicante, no caso de suspeitar da verificação de algum incumprimento do RGPD, deve notificar o cocontratante para este, no prazo de 5 (cinco) dias, demonstrar o total cumprimento do referido regulamento.
3. Caso o cocontratante não demonstre o total cumprimento do RGPD, seja porque não o demonstrou, seja porque não o cumpre, a entidade adjudicante fica autorizada a proceder à auditoria aos sistemas de informação do fornecedor, ficando este responsável por todos os custos dessa auditoria.
4. No caso previsto no número anterior, a entidade adjudicante poderá compensar os custos que tenha suportado com eventuais quantias que sejam devidas ao cocontratante, ou através do acionamento da caução, caso esta tenha sido prestada, ou através do recurso às retenções que eventualmente tenham sido efetuadas.
5. No caso de se verificar algum incumprimento do RGPD por parte do cocontratante, este deverá, no prazo de 10 (dez) dias, pôr fim ao incumprimento e demonstrá-lo à entidade adquirente.
6. O não cumprimento do RGPD é considerado, para todos os efeitos, um incumprimento muito grave do contrato, podendo a entidade adquirente resolver o contrato.
7. Caso o fornecedor impeça ou não colabore na realização da auditoria referida no n.º 3 da presente Cláusula, a entidade adjudicante poderá resolver o contrato, por incumprimento muito grave do cocontratante.

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup> - Especificações Técnicas**

##### **Parte I - Disposições Gerais**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o **prestador de serviços** as seguintes obrigações principais:
  - a) Executar a prestação dos serviços que lhe for adjudicada, com observância das normas vigentes e que se relacionem com a prestação dos serviços em causa, e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
  - b) Cumprir todas as condições fixadas para a prestação dos serviços;
  - c) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da entidade adjudicante;
  - d) Prestar as informações que forem solicitadas pela entidade adjudicante;

- e) Comunicar à entidade adjudicante, no prazo de 1 dia após a respetiva verificação, qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento da prestação dos serviços contratados;
  - f) É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos relativos à prestação dos serviços;
  - g) São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização ou fornecimento de marcas registadas, patentes ou licenças.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. Ainda, **e se aplicável**, sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
  - b) Obrigação de garantia dos bens;
  - c) Obrigação de continuidade de fabrico;
  - d) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos, patentes e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
  - e) Assumir os encargos decorrentes da utilização ou fornecimento de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. Conformidade e operacionalidade dos bens
- a) O fornecedor obriga-se a entregar na sede da Entidade Adjudicante (Rua do Brasil, n.º 131, 3030-175 em Coimbra) os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos;
  - b) Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento;
  - c) É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens;
  - d) O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

## **Parte II - Disposições Especiais**

A presente prestação de serviços designada por “Projeto de alterações/adaptações ao Projeto de Execução da Ciclovia do Mondego, entre a Figueira da Foz e Coimbra”. A globalidade do Projeto da Ciclovia do Mondego será instruída de modo a assegurar a sua conformidade com a Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto.

A presente prestação de serviços deve incluir a elaboração de todos os estudos e projetos de execução que permitam o lançamento imediato do concurso público para a execução da empreitada.

O respetivo adjudicatário deverá identificar um único coordenador de projeto que fará toda a articulação e comunicação com a entidade adjudicante, assegurando, deste modo, uma compatibilização interdisciplinar

das diferentes especialidades sem que haja lugar a qualquer diluição da responsabilidade, bem como assegurando uma mais eficiente e eficaz colaboração entre todos os intervenientes no processo.

Salienta-se que todos os elementos do projeto de execução a elaborar devem dar cumprimento a todas as exigências legais e regulamentares em vigor e incluir as aprovações/recomendações das entidades externas/licenciadoras competentes.

Para os novos troços integrados nesta fase e/ou para aqueles que possam vir a ser sujeitos a correções de traçado: Estudo Prévio e Projeto de Execução. Para os troços que se mantêm inalterados: Projeto de Execução.

O projeto será desenvolvido nas seguintes fases e pela seguinte ordem, devendo contemplar:

### **1. Levantamento topográficos:**

- 1.1- O fornecimento do levantamento topográfico georreferenciado e atual da área a intervir (em formato editável).
- 1.2- Os trabalhos de topografia associados à implantação dos elementos de prospeção mecânica (antes do início dos mesmos).
- 1.3- Os trabalhos de topografia associados ao levantamento topográfico dos elementos de prospeção mecânica (após a sua conclusão) e o fornecimento das coordenadas (M, P) e cotas (Z) dos pontos.
- 1.4- A marcação ou apoio na marcação dos locais dos elementos de prospeção mecânica no terreno.

### **2. Estudo Prévio para os novos troços:**

- 1.1 - O estudo prévio desenvolve as soluções aprovadas no programa base, sendo constituído por peças escritas e desenhadas e por outros elementos informativos, de modo a possibilitar ao dono da obra a fácil apreciação das soluções propostas pelo projetista e o seu confronto com os elementos constantes naquele.
- 1.2 – O estudo prévio contém, para cada uma das soluções alternativas apresentadas à aprovação do dono da obra, e sem prejuízo dos elementos constantes da regulamentação aplicável, os elementos seguintes:
  - a) Memória descritiva e justificativa, incluindo capítulos respeitantes a cada um dos objetivos relevantes do estudo prévio;
  - b) Elementos gráficos elucidativos sob a forma de plantas, alçados, cortes, perfis, esquemas de princípio e outros elementos, em escala apropriada;
  - d) Dimensionamento aproximado e características principais dos elementos fundamentais da obra;
  - e) Definição geral dos processos de construção e da natureza dos materiais e equipamentos mais significativos;
  - f) Estimativa do custo da obra e do seu prazo de execução.



- g) Plano geral, com descrição das opções principais tomadas na concretização do programa preliminar e relações com o lugar; h) Definição das opções construtivas fundamentais, nomeadamente os sistemas vegetais, hidráulicos e inertes;
- i) Sistemas de rega e drenagem;
- j) Definição dos critérios gerais de setorização e de dimensionamento das diversas redes e sistemas.

### **3. Projeto de Execução para os novos troços e troços a alterar:**

Com a aprovação do Estudo Prévio dar-se-á início ao Projeto de alterações/adaptações ao Projeto de Execução da Ciclovia do Mondego. Será desenvolvido um processo que deverá ser apresentado de forma a constituir um conjunto coordenado de informações escritas e desenhadas, de interpretação inequívoca por parte das entidades intervenientes na execução da obra, incluindo todos os aspetos definidos nos termos da Portaria nº 255/2023, de 07/08, inerentes à execução efetiva da “Ciclovia do Mondego”, e demais legislação aplicável, no cumprimento do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:

3.1 - O projeto de execução desenvolve o programa base aprovado, sendo constituído por um conjunto coordenado de informações escritas e desenhadas e outros elementos de natureza informativa, de fácil e inequívoca interpretação por parte das entidades intervenientes na execução da obra, obedecendo ao disposto na legislação e regulamentação aplicável.

3.2 - O projeto de execução inclui, além de outros elementos constantes de regulamentação aplicável, as seguintes peças:

- a) Memória descritiva e justificativa, incluindo a disposição e descrição geral da obra, evidenciando, quando aplicável, a justificação da implantação da obra e da sua integração nos condicionamentos locais existentes ou planeados; descrição genérica da solução adotada com vista à satisfação das disposições legais e regulamentares em vigor; indicação das características dos materiais, dos elementos da construção, dos sistemas, equipamentos e redes associadas às instalações técnicas;
- b) Cálculos relativos às diferentes partes da obra, apresentados de modo a definirem, pelo menos, os elementos referidos na regulamentação aplicável a cada tipo de obra e a justificarem as soluções adotadas;
- c) Medições e mapas de quantidade de trabalhos, dando a indicação da natureza e das quantidades dos trabalhos necessários para a execução da obra;
- d) Estimativa orçamental baseada nas quantidades e qualidades de trabalho constantes das medições;
- e) Peças desenhadas, de acordo com o estabelecido para cada tipo de obra na regulamentação aplicável, devendo conter as indicações numéricas e descritivas indispensáveis e a representação de todos os pormenores necessários à rigorosa e inequívoca compreensão, implantação e execução da obra;
- f) Condições técnicas, gerais e especiais, do caderno de encargos.

3.3 - Compete ao projetista em face da natureza da obra, por sua iniciativa ou por solicitação do dono da obra, elaborar um plano de observação, que permita avaliar as condições de segurança da obra.



O projeto de execução deve ainda contemplar as alterações necessárias aos Projetos em consonância com os anteriores.

São elementos especiais do projeto de execução:

- a) Plano geral da intervenção, sintético e descritivo, tanto da solução programática como da situação construtiva correspondente;
- b) Planta de trabalho com identificação de fases, limites e descrição, que permita uma perceção global de todos os trabalhos envolvidos;
- c) Planta de demolições, remoções, realocações e medidas cautelares;
- d) Modelação geral do terreno, cortes de aterro e de escavação, e planta de aterro e de escavação;
- e) Implantação geral da obra, incluindo implantação planimétrica coordenada e implantação altimétrica;
- f) Planta de pavimentações e remates reportada à pormenorização construtiva;
- g) Pormenorização construtiva relativa a pavimentações e remates;
- h) Planta de muros e outras estruturas construídas, reportada aos elementos da correspondente especialidade;
- i) Plano de drenagem, reportando à pormenorização construtiva correspondente ou à especialidade;
- j) Plano de plantação de árvores, arbustos e fanerófitos escandentes, indicando claramente densidades e compassos de plantação e organização relativa da plantação dos indivíduos, identificados pela nomenclatura científica;
- k) Plano de rega, indicando traçados da rede elétrica e de comandos de tubagem e seu dimensionamento, localização e definição de órgãos ativos e outros acessórios, reportando à pormenorização construtiva correspondente;
- l) Planos de sementeira e de plantação de herbáceas vivazes, indicando claramente densidades e compassos de plantação e organização relativa da plantação dos indivíduos;
- m) Plano de manutenção de zonas verdes, incluindo indicação de áreas homogêneas por trabalho, desbastes, caracterização e calendarização dos tipos de trabalho a executar durante um ciclo vegetativo;
- n) Planta de localização de mobiliário urbano e equipamento, incluindo a definição de tipos e modelos e reportada à pormenorização construtiva correspondente, devendo a localização ser coordenada com indicação das peças à escala;
- o) Planta de coordenação, referindo a interação entre as várias infraestruturas, entre estas e a vegetação, mobiliário urbano e outros elementos construídos, recorrendo a cortes e perfis de coordenação sempre que necessário;
- p) Memória descritiva e justificativa, incluindo cálculos hidráulicos da rede de rega e outra documentação justificativa;
- q) Pormenorização das intervenções mais sensíveis, no sentido de facilitar a compreensão de descrições escritas.
- r) A prestação de serviços inclui a elaboração das condições técnicas, gerais e especiais do caderno de encargos da obra referente ao modo de execução de todos os trabalhos previstos no projeto, bem como às

características essenciais de todos os materiais e equipamentos a incorporar em obra, por referência às espécies de trabalhos listados no mapa de quantidades de trabalhos a executar;

s) Plano de Segurança e Saúde em Projeto elaborado nos termos previstos no Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro, e respetiva legislação complementar;

t) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e de Demolição conforme previsto na alínea f) do nº 5 do artigo 43º do CCP e elaborado nos termos previstos no Decreto-Lei nº 73/2011, de 17 de junho, na sua versão atualizada, e respetiva legislação complementar.

Todas as peças desenhadas deverão ser desenvolvidas à escala adequada, nomeadamente a Esc. 1:200, com exceção dos pormenores construtivos que serão desenvolvidos à Esc. 1:20 ou 1:10.

#### **4. Assistência Técnica:**

A assistência técnica consiste, entre outras atividades, na prestação de informações e esclarecimentos, a prestar pelo Coordenador de Projeto e pelos Autores dos Projetos à entidade adjudicante e ao empreiteiro geral, a qual deve realizar-se, sempre que for solicitado, ou quando tal se revele necessário.

No âmbito da presente prestação de serviços será prestada a assistência técnica nos termos do Anexo I à Portaria nº 255/2023, de 07/08, e que compreende:

4.1 - O projetista tem de garantir a assistência técnica necessária.

4.2 - Na fase do procedimento de formação do contrato, e até à adjudicação da obra, a assistência técnica do projetista ao dono da obra compreende as atividades seguintes:

- a) Esclarecimento de dúvidas relativas ao projeto durante a preparação do processo do concurso para adjudicação da empreitada ou fornecimento de bens móveis;
- b) Prestação de informações e esclarecimentos solicitados por candidatos a concorrentes, sob a forma escrita e exclusivamente por intermédio do dono da obra, sobre problemas relativos à interpretação das peças escritas e desenhadas do projeto ou eventuais erros e omissões do mesmo;
- c) Prestação de apoio ao dono da obra na apreciação e comparação das condições da qualidade das soluções técnicas das propostas, de molde a permitir a sua correta ponderação por aquele, incluindo a apreciação de compatibilidade com o projeto de execução, constante do caderno de encargos, de variantes ou alterações que sejam apresentadas.

4.3 - Durante a execução da obra, a assistência técnica compreende:

- a) Esclarecimento de dúvidas de interpretação de informações complementares relativas a ambiguidades, erros ou omissões do projeto, bem como elaboração das peças de alteração do projeto necessárias à respetiva correção e à integral e correta caracterização dos trabalhos a executar no âmbito da referida correção;
- b) Apreciação de documentos de ordem técnica apresentados pelo empreiteiro ou pelo dono da obra, incluindo, quando apropriado, a sua compatibilidade com o projeto;

c) Proceder, concluída a execução da obra, à elaboração das telas finais a ela respeitantes, verificando a conformidade das mesmas com o projeto de execução e das eventuais alterações nele introduzidas no decurso da obra, de acordo com as informações fornecidas pelo dono da obra.

4.4 - A assistência técnica não abrange a direção técnica, a administração, a coordenação da segurança, a organização da compilação técnica em matéria de segurança e saúde e a direção de fiscalização da obra, nem a adaptação dos projetos às condições reais das empreitadas não previsíveis na fase do projeto.

4. Entrega das Peças - Serão fornecidos 1 exemplares completos das peças escritas e desenhadas e um suporte informático, sendo as peças desenhadas gravadas nos formatos DWG, DWF e PDF.

5. Equipa de projeto e deveres dos autores dos projetos - O adjudicatário manterá, com vista à realização de todos os projetos que constituem o objeto de contrato, uma equipa técnica, com a composição adequada nos termos legais, cujos membros devem possuir as habilitações legais e as qualificações profissionais mínimas necessárias à elaboração dos respetivos, projetos, devidamente comprovadas pelas respetivas associações públicas profissionais, nos termos da legislação em vigor.

Os autores dos projetos ficam obrigados a cumprir, em toda a sua atuação, no exercício da sua profissão e com autonomia técnica, as normas legais e regulamentares em vigor que lhes sejam aplicáveis, bem como os deveres, principais ou acessórios, que decorram das obrigações assumidas por contrato, de natureza pública ou privada, e das normas de natureza deontológica que estejam obrigados a observar em virtude do disposto nos respetivos estatutos profissionais.

#### **6. Programação e coordenação dos projetos e deveres dos coordenadores dos projetos**

O adjudicatário obriga-se a manter como coordenador do projeto um arquiteto/arquiteto paisagista/engenheiro civil/engenheiro técnico civil, inscrito na respetiva ordem profissional ou associação. O coordenador de projeto deve ter qualificação profissional adequada para a elaboração de qualquer dos projetos que integram o projeto de execução, a quem compete garantir a adequada articulação da equipa de projeto em função das características da obra, assegurando a participação dos técnicos autores, a compatibilidade entre os diversos projetos necessários e o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis a cada especialidade.

7.1 A coordenação das atividades dos intervenientes nos projetos tem como objetivo a integração das suas diferentes partes num conjunto harmónico, de fácil interpretação e capaz de fornecer todos os elementos necessários à execução da obra, garantindo a adequada articulação das equipas de projeto em função das características da obra e assegurando a participação dos técnicos autores, a compatibilidade entre os diversos projetos necessários e o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis a cada especialidade, bem como a relação com as entidades adjudicantes ou os seus representantes.

7.2 A programação dos projetos visa o escalonamento das suas diferentes partes e das atividades de cada interveniente, de modo a ser dado cumprimento ao contrato.

7.3 O coordenador do projeto deve compatibilizar a sua ação com a do coordenador de segurança e saúde em projeto.

7.5 Compete ao coordenador do projeto, com autonomia técnica, e sem prejuízo das demais obrigações que assumam com a entidade adjudicante, bem como das competências próprias de coordenação e da autonomia técnica de cada um dos autores de projeto:

- a. Representar a equipa de projeto, da qual faz parte integrante, durante as fases de projeto, perante a entidade adjudicante, o diretor de fiscalização de obra e quaisquer outras entidades;
- b. Verificar a qualificação profissional de cada um dos elementos da equipa, conforme previsto na Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, na sua atual redação;
- c. Assegurar a adequada articulação da equipa de projeto em função das características da obra, garantindo, com os restantes membros da equipa, a funcionalidade e a exequibilidade técnicas das soluções a adotar;
- d. Assegurar a compatibilidade entre as peças desenhadas e escritas necessárias à caracterização da obra, de modo a garantir a sua integridade e a sua coerência;
- e. Atuar junto do dono da obra, em colaboração com os autores de projeto, no sentido de promover o esclarecimento do relevo das opções de conceção ou de construção no custo ou eficiência da obra, sempre que aquele o solicite ou tal se justifique;
- f. Assegurar a compatibilização com o coordenador em matéria de segurança e saúde, durante a elaboração do projeto, visando a aplicação dos princípios gerais de segurança em cumprimento da legislação em vigor;
- g. Verificar, na coordenação da elaboração dos projetos, o respeito pelas normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente as constantes de instrumentos de gestão territorial, sem prejuízo dos deveres próprios de cada autor do projeto;
- h. Comunicar, no prazo de cinco dias úteis, à entidade adjudicante, a cessação de funções enquanto coordenador de projeto, para os efeitos e procedimentos previstos no Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos deveres que incumbam a outras entidades, nomeadamente, no caso de impossibilidade;
- i. Cumprir os demais deveres de que seja incumbido por lei, designadamente pelo RJUE e respetivas portarias regulamentares, bem como as demais normas legais e regulamentares em vigor.
- j. No caso previsto na alínea h) do número anterior, o coordenador do projeto fica obrigado a prestar assistência técnica à obra, quando a sua execução possa contratual ou legalmente prosseguir, até à sua substituição junto da entidade adjudicante, até ao limite máximo de 60 dias, contados da comunicação prevista na mesma alínea do número anterior.

### **8.Coordenador de segurança e saúde em fase de projeto**

O adjudicatário obriga-se a designar, de entre os elementos que constituem a equipa técnica de elaboração dos projetos, um coordenador de segurança e saúde em fase de projeto a quem competirá:

- a) Executar, durante a elaboração do projeto, as tarefas de coordenação em matéria de segurança e saúde, previstas na legislação aplicável;
- b) Elaborar e subscrever o Plano de Segurança e Saúde em Projeto (PSSP), previsto no presente caderno de encargos;
- c) Participar no processo de preparação da empreitada e de outros atos preparatórios da execução da obra, na parte respeitante à segurança e saúde no trabalho, nomeadamente a emissão de parecer sobre a adequação do Plano de Segurança e Saúde para a Execução da Obra (PSSEO) ao Plano de Segurança e Saúde em Projeto (PSSP) por si elaborado.

### **9. Conteúdo dos projetos a apresentar e termos de responsabilidade**

O projeto a apresentar abecerá ao conteúdo mínimo obrigatório previsto nas “Instruções para a elaboração de projetos de obras” aprovadas pela Portaria n.º 255/2023, de 07/08, na sua atual redação, para a fase de projeto de execução, para além de outros elementos especiais exigíveis pelo Código dos Contratos Públicos e, ou, constantes de legislação especial aplicável aos respetivos projetos e obras.

a) O projeto de execução e os projetos das especialidades que o acompanham serão, obrigatoriamente, acompanhados de termos de responsabilidade dos seus autores atestando que os respetivos projetos cumprem as disposições regulamentares aplicáveis conforme previsto no artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE).

b) O projeto de execução será acompanhado, igualmente de termos de responsabilidade subscritos pelo coordenador do projeto, atestando a compatibilidade entre os diversos projetos e o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis a cada especialidade.

### **10. Responsabilidade por erros e omissões do projeto**

No caso de ocorrência de erros ou omissões do projeto de execução decorrentes de incumprimento de obrigações de conceção, deve a entidade adjudicante ser indemnizada conforme previsto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 378º do CCP, incluindo eventuais prejuízos decorrentes desses mesmos erros ou omissões e que possam por em causa o equilíbrio financeiro do contrato de empreitada nos termos do artigo 354º do CCP.

### **11. Transferência de propriedade e direito de autor**

Com a aprovação do projeto e respetivo pagamento ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos de conceção a desenvolver ao abrigo do contrato para a entidade adjudicante.

A entidade adjudicante garante a salvaguarda dos Direitos de Autor e a divulgação, pelos adjudicatários, dos estudos e projetos produzidos no âmbito do contrato, nos termos da legislação aplicável.

O 1.º Secretário Executivo Intermunicipal

(Jorge Miguel Brito)